Ao décimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, a partir das dezenove horas, no Auditório da Regional do Boa Vista, localizado na Avenida Paraná, 3.600, no bairro Bacacheri, Curitiba, Paraná, foi realizada Audiência Pública, promovida conjuntamente pela Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP) e Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL), representada pela Paraná Parcerias, com o objetivo de consultar a população e debater o projeto de Concessão de Uso da Pedreira do Atuba. O evento teve início com a fala de abertura do representante da AMEP o Diretor Técnica Gabriel Hubner. Na fala inicial o senhor Gabriel deu boa noite aos presentes e destacou que a audiência pública tinha como objetivo apresentar e colher sugestões acerca do projeto de implantação da Pedreira do Atuba. Informou que a Pedreira do Atuba está situada no município de Colombo próximo à divisa com o município de Curitiba às margens do rio Atuba e próximo à Estrada da Ribeira cerca de 13 km do centro da capital. Informou que a área se destaca pela presença de paredões rochosos com uma extensão aproximada de cem mil metros quadrados, com Campos e alguns pontos de cobertura vegetal ideais para uma variedade de atividades de lazer incluindo esportes opções de entretenimento e eventos culturais. Destacou que o projeto de concessão de uso da Pedreira Atuba tem como objetivo revitalizar esta área através da instalação e gestão de diversas atividades recreativas e de entretenimento ampliando as opções turísticas e promovendo o bem-estar da comunidade local. Informou que o projeto está sendo conduzido pela Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, pela Secretaria de Estado de Planejamento e Paraná Parcerias contando com o apoio e elaboração dos estudos de documentos de licitação pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. Destacou que todos os documentos relativos ao projeto que são de domínio público estão disponíveis para a consulta da população e demais interessados no site da AMEP ([www.amep.pr.gov.br](http://www.amep.pr.gov.br)) e no site da Paraná Parcerias ([www.parcerias.pr.gov.br](http://www.parcerias.pr.gov.br)). Solicitou que todos os presentes assinem a lista de presença que estava disponível na entrada do auditório. Na sequência chamou os representantes da FIPE para integrarem a mesa que iria conduzir a sessão, iniciando pelo senhor Caio Assunção e Beatriz Godoy. Na sequência o senhor Gabriel declarou a audiência pública aberta informando que a mesma tinha como objetivo apresentar e colher sugestões acerca do projeto de implantação da pedreira do Atuba. Informou que a audiência pública teve convocação publicada no dia 31 de julho de 2024 na edição 11713 do Diário Oficial do Estado do Paraná. Informou também que a audiência pública seria conduzida conforme o regulamento aprovado por meio da portaria 89/2022/AMEP que estava disponível para consulta na íntegra na entrada do auditório e no site da AMEP. Na sequência questionou a plateia sobre a possibilidade de realizar a leitura resumida do regulamento. Todos concordaram. Na sequência iniciou a leitura do regulamento informando que o regulamento foi publicado por meio da portaria 89/2022/AMEP publicada no Diário Oficial do Poder Executivo Estadual edição 11703 no dia 31 de julho de 2024, que a portaria estabelece os procedimentos e regulamento para a realização das audiências públicas do projeto Parque Pedreira do Atuba. Informou que a realização das audiências públicas tem como objetivo informar colher subsídios debater e garantir a participação popular no processo de concessão de uso do projeto Parque Pedreira do Atuba para garantir o acompanhamento dos interessados que não puderem comparecer presencialmente à audiência pública a gravação do evento seria disponibilizada posteriormente pelo canal do YouTube da AMEP em até cinco dias úteis após a realização da audiência pública. Informou que no início do evento todos os participantes deverão identificar-se devendo assinar a lista de presença. Que a audiência pública terá início no horário estabelecido no edital e seguirá minimamente a seguinte programação: I - identificação e entrada dos participantes; II - abertura do evento com a leitura do regulamento; III - apresentação técnica; IV - considerações dos participantes e V - encerramento do evento. Informou que o encerramento do evento ocorrerá às 22 horas podendo ser ampliado conforme deliberação do presidente da mesa. Informou que após a apresentação técnica será aberto o espaço para manifestações dos participantes por escrito. Informou que as manifestações deverão ser realizadas por escrito em fichas de contribuição podendo o participante e apenas ele complementar o questionamento oralmente sendo-lhe concedido o tempo máximo de 2 minutos. Informou que após o questionamento apresentado pelo participante a consultoria contratada ou a equipe da AMEP teria até 2 minutos para resposta não sendo permitidas réplicas ou tréplicas. Informou que caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos o presidente da mesa poderá adverti-lo cessar a palavra ou determinar a sua retirada do recinto. Informou que as considerações de manifestações que não fossem respondidas durante o evento devido a esgotamento do tempo seriam devidamente registradas em ata respondidas por meio do relatório em até 10 dias úteis após a realização da audiência pública no site do projeto. Informou que aqueles que tinham o interesse em manifestar-se apenas por escrito, que seriam disponibilizadas as fichas para contribuição. Informou que a ata do evento seria publicada no site parcerias.pr.gov.br em até 10 dias úteis após a realização da audiência. Na sequência o senhor Gabriel passou a palavra para a Beatriz Gogoy para a realização da apresentação técnica. A senhora Beatriz iniciou a fala agradecendo a todos os presentes e informando que o projeto apresentado foi fruto de muito trabalho de uma equipe multidisciplinar da FIPE, jurídica, econômica e técnica, e que o objetivo da audiência é ouvir a população e aprimorar o que foi elaborado até o momento. Informou que o objetivo da concessão da Pedreira do Atuba é selecionar a proposta mais vantajosa para concessão de uso para a administração pública, prevendo a conservação, operação, manutenção e exploração econômica da Pedreira do Atuba. Informou que essa modalidade de contratação que foi selecionada justamente por se mostrar bastante compatível com aquilo que se pretende para a Pedreira que é viabilizar a exploração e a utilização daquele terreno que tem um potencial, tem uma locação muito interessante e que pode trazer, portanto, benefícios pra comunidade. Informou que o prazo da concessão foi calculado em 30 anos contados da data de assinatura do termo de entrega de bem público. Informou que o concessionário terá que observar uma série de obrigações que estão dispostas na minuta contratual, além disso o contrato dispõe sobre as hipóteses extinção da concessão, então caso a concessionário não cumpra com as suas obrigações é possível que o poder concedente aplique sanções por esse descumprimento. Destacou que a concessão de uso vai permitir que esse futuro parceiro tenha uma certa liberdade empresarial para explorar diferentes tipos de atividades desde que ele cumpra os encargos que foram estipulados e as obrigações contratuais, sem prejuízo também da legislação aplicável em relação que atividade que ele vai desenvolver. Destacou que inclusive essa concessão vai possibilitar o alcance dos objetivos que já foram externalizados pelo Município de Colombo por meio da doação de dois terrenos contíguos à região justamente com objetivo de implantação do Parque da Pedreira. Destacou que no âmbito dessa exploração por parte de parceria privada, esse futuro parceiro privado vai não só ter que observar a legislação aplicada, mas também ter todas as licencias e autorizações necessárias para execução da sua atividade. Na sequência a senhora Beatriz passou para o senhor Caio Assunção para continuação da apresentação técnica. O senhor Caio iniciou sua fala dando boa noite a todos e comentando que três equipes distintas trabalharam no projeto, uma equipe jurídica gerenciada pela Beatriz, ele da equipe econômica e de Engenharia e Arquitetura, para pensar nesse projeto. Destacou que foi investido grande tempo fazendo diversos estudos de legislação para explorar o máximo potencial desse terreno e que a FIPE possui vasta experiência na estruturação de projetos de concessões, inclusive de parques e assim como acontece em outros lugares espera-se diversos impactos positivos para a comunidade com a exploração desse ativo. Destacou alguns destes impactos, citando a revitalização de uma área inutilizada, a preservação sustentável do meio ambiente, criação de espaços do lazer para promover o bem-estar físico e mental da comunidade, o fortalecimento do senso de comunidade a promoção da prática esportiva, estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável, a descentralização de eventos e fomento ao turismo regional. Apresentou na tela algumas fotos e figuras do local. Destacou que as figuras fazem parte dos documentos de licitação. Na sequência apresentou uma imagem na tela do cenário base do projeto. Informou que junto com a equipe de engenharia e a equipe de arquitetura, foram estudados diversos parques no Brasil e em outros países, pensando que um parceiro privado hipotético típico médio exploraria nesse terreno e apresentou uma ilustração que mostra a potencialidade para a exploração de três núcleos destintos, geradores de receita desse parceiro primário, sendo o núcleo de aventura, com trilhas e escalada, o núcleo receptivo com restaurante, parque infantil e outros estabelecimentos, também possibilidade de um centro de eventos fechado e também palco aberto com arquibancada do núcleo de eventos. Destacou que o que foi feito nesse cenário base é pensar que um parceiro privado poderia explorar ali, quais são os investimentos necessários. A partir da montagem da base são estimamos os investimentos no terreno que atualmente deve ser de cerca de 40 milhões de reais. Destacou que considerando os custos operacionais para manter o terreno e esses ativos ao longo do tempo, as receitas que cada um dos núcleos de exploração podem gerar ao parceiro privado a modelagem econômica do projeto mostra esse o empreendimento viável e que para o privado fazer os investimentos, ele consegue recuperar os investimentos com receitas próprias não exigindo nesse caso nenhum real do Estado, pelo contrário, ele irá gerar arrecadação de tributos e ao próprio Estado para poder ser revertido na comunidade. Destacou que o terreno tem uma potencialidade enorme, com paredões rochosos da antiga pedira, e desníveis de topografia porque viabilizam diversos empreendimentos de distintas visadas. Destacando que isso traz um diferencial do terreno, além da conexão com o entorno urbano. Apresentou na tela algumas imagens de parques que serviram de inspiração para a montagem do cenário base, citando exemplos de Luxemburgo, parques nos Estados Unidose no Canadá. Apresentou imagens que serviram de inspiração para o núcleo receptivo e funcional, prevendo um centro de Geologia, destacando que o grupo já foi procurado pela universidade para realização de pesquisas, e que o projeto possui ainda previsão de instalação de lanchonete, restaurante, comercio, loja, parque infantil, banheiros e estacionamento. Por fim, apresentou o núcleo de eventos o núcleo de eventos, mostrando imagens que serviram de inspiração. Complementou dizendo que os estudos técnicos servem para balizar os estudos econômicos e por fim são elaborados os estudos jurídicos e documentos licitatórios que estão no site. Na sequência ele falou sobre os documentos licitatórios destacando os principais aspectos que constam no edital, sendo o regime jurídico adotado a nova Leia de licitações, além da 14133/2021 e o Decreto 10.086/2022 que regulamenta essa lei do Estado do Paraná. Informou que a modalidade adotada foi a concorrência e o critério de seleção foi o maior valor de outorga fixa, ou seja, vence aquele licitante que apresentar maior valor em relação ao valor estipulado mínimo no edital. Explicou que a outorga fixa funciona como um preço que esse parceiro privado é obrigado a pagar pela exploração da concessão. Informou que o prazo da concessão é de 30 anos e a garantia de proposta foi calculada em 1% do contrato, ou seja, esse licitante tem que apresentar essa garantia e caso ele não assine contrato essa garantia de proposta é executada justamente com objetivo de resguardar a administração pública. Informou que foram estabelecidos alguns requisitos de habitação jurídica, qualificação técnica e econômica, justamente visando selecionar um parceiro privado que possua ali a devida expertise e a devida capacidade para operar esse bem público e ainda, para fomentar a competitividade e a concorrência, foi permitido no âmbito do edital a participação de empresas em consórcio. Informou que foi estimulada a obrigação de constituição de uma sociedade de propostos específicas. Destacou que o valor de investimento gira em torno de 36 milhões de reais e que este valor não possui qualquer tipo de investimento do poder público, sendo o parceiro privado reembolsado pelas unidades geradoras de caixa que o empreendedor terá liberdade para explorar. Informou que o valor de outorga fixa é de aproximadamente 300 mil reais além de um percentual de outorga variável que o parceiro deverá repassar ao longo da exploração das atividades. Informou que foi calculada garantia de execução de 5% sobre o valor estimado do contrato e que no caso de descumprimento contratual é possível que essa garantia seja creditada a favor do poder concedente. Convidou os presentes a acessarem a consulta pública e contribuírem com o processo e por fim apresentou o cronograma estimado do projeto levando em consideração as próximas etapas do projeto, destacando a melhoria nos documentos apresentados, a submissão ao Tribunal de Contas e à Procuradoria-Geral do Estado, com a previsão de lançamento do edital no 6º bimestre de 2024 e previsão de assinatura do contrato no segundo trimestre de 2025. Finalizou agradecendo os presentes. Na sequência o senhor Gabriel retomou a palavra, agradeceu à senhora Beatriz e ao senhor Caio pela apresentação e informou que a partir daquele momento seria aberta a sessão para contribuições dos presentes. Destacou que por conta do período eleitoral está vedada a manifestação de candidatos ou candidatas ou qualquer manifestação de cunho político e eleitoral a favor ou não de eventuais candidatos por parte de qualquer integrante desta audiência. Informou que conforme determina o regulamento todas as perguntas deverão ser registradas nas fichas disponibilizadas na entrada do auditório e serão lidas e respondidas pela mesa. Informou que a audiência deverá encerrar-se às 22 horas ou quando encerrarem as manifestações e as perguntas que não puderem ser respondidas no momento da audiência pela mesa serão respondidas por e-mail posteriormente. Solicitou aos presentes que formulassem as perguntas por meio das fichas de inscrição, para que as mesmas pudessem ser registradas. Na sequência leu uma pergunta formulada pelo senhor Luiz Carlos. Questionou se poderia fazer a leitura ou se o senhor Luiz gostaria de fazer a leitura. Com a autorização do senhor Luiz, procedeu com a leitura. A pergunta era se “Teria algum acesso ao parque Atuba?”. Não compreendendo bem o questionamento o senhor Gabriel perguntou ao senhor Luiz e este explicou que a pergunta se referia a algum acesso à Pedreira do Atuba por meio do Parque Atuba que existe no município de Curitiba. O senhor Gabriel explicou que este acesso não seria possível, pois entre o Parque Atuba de Curitiba e a Pedreira do Atuba existe uma propriedade particular, o Rio Atuba e os paredões de rocha. Na sequência o senhor Gabriel perguntou aos presentes se teriam algum outro questionamento. Nenhum presente se manifestou. Destacou que a Consulta Pública permaneceria aberta no site da AMEP até o dia 16 de agosto e que todo o material apresentado poderia ser consultado no site. Informou que no dia anterior foi realizada a audiência pública no município de Colombo e que tiveram outros questionamentos e caso alguém tivesse curiosidade poderia verificar a gravação que já estava disponível no Youtube da AMEP. Informou que em 10 dias úteis serão publicadas as atas da audiência, reforçou a necessidade de que todos os presentes assinem a lista de presença disponível na entrada do auditório, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. Nada mais havendo ser declarado, a presente ata, confeccionada por Gabriel Hubner de Macedo, servidor designado para o ato, constitui memória sintética da audiência.

Curitiba, 16 de agosto de 2024

**Gabriel Hubner de Macedo**

Diretor Técnico da AMEP